
O ACESSO DE CANDIDATAS E A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (RMC)

Patrícia Sene de Almeida¹
Geissa Cristina Franco²
Breno Pacheco Leandro³

INTRODUÇÃO

Parte da literatura sobre representação política tem investigado a importância da representação descritiva – aquela relacionada à igualdade na composição entre representantes e representados, isto é, à correspondência entre o perfil do(a) representante e a proporção populacional que ele(a) representa (Pitkin, 1967) –, discutindo o efeito de instrumentos institucionais, como as cotas, a formação do sistema eleitoral e a forma como as mulheres são recrutadas dentro dos partidos para a maior inclusão desse grupo na política. Embora sejam muitos os estudos sobre os níveis federal e estadual, análises de representação descritiva focadas no legislativo subnacional são menos frequentes.

OBJETIVO

O *paper* tem como objetivo analisar a candidatura e a representação política de mulheres no legislativo municipal comparativamente às dimensões sociodemográficas locais. Embora parte da literatura da Ciência Política argumente sobre a influência espacial e territorial nas disputas político-eleitorais locais (Rocha; Kerbauy, 2014; Marques, 2016; Fernandes, 2017), ainda são incipientes estudos que aprofundem e explorem essa relação – apesar de Miguel e Queiroz (2006) abordarem as

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (bolsista Capes, Brasil), patriciasenealmeida@gmail.com

² Doutoranda em Ciência Política Universidade Federal do Paraná, geissa_franco@hotmail.com

³ Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, bpachecoleandro@gmail.com

disputas eleitorais de mulheres em relação às diferenças regionais. Pretende-se contribuir com a literatura em dois aspectos: i) analisando a relação entre território, marcado por seus atributos socioeconômicos e demográficos, e a dinâmica político-eleitoral local; e ii) ampliando os estudos sobre representação feminina nas unidades subnacionais.

METODOLOGIA

As análises foram realizadas por meio de estatística descritiva e análise de correlação tendo como base dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), sociodemográficos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e dados disponibilizados através dos *websites* das Câmaras legislativas municipais. Considerando que as especificidades do lugar e o contexto importam para a compreensão da dinâmica política local (Rocha; Kerbauy, 2014; Marques, 2016; Fernandes, 2017), o recorte espacial foi composto por 14 municípios que formam o Núcleo Urbano Central (NUC) da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Paraná. Tal seleção deu-se em razão das distinções territoriais e sociodemográficas que esses municípios apresentam, viabilizando a comparação entre território e resultados eleitorais. O recorte temporal, por sua vez, compreendeu as eleições dos anos de 2012, 2016 e 2020, escolhidas pela atualidade dos dados disponíveis nas Câmaras municipais. Foram construídos dois bancos: um composto pelos dados das candidaturas totais e candidaturas e eleição de mulheres para o cargo de vereança; outro com dados sociodemográficos e territoriais (taxa de urbanização e índice de desenvolvimento humano municipal) dos municípios do recorte no período estipulado. As análises responderam se H1) nos municípios as candidatas tiveram baixa representatividade nas disputas selecionadas quando comparado ao total de candidatos; H2) o número de mulheres candidatas e eleitas tendeu a ser menor em municípios metropolitanos menos urbanizados comparativamente às localidades com maior urbanização; H3) a representação política feminina em municípios está relacionada com as dimensões territoriais e sociodemográficas locais.

RESULTADOS

Os resultados não corroboraram as hipóteses estabelecidas. Apesar das diferenças territoriais e sociodemográficas, o percentual de mulheres candidatas ao cargo de vereadora se manteve em torno de 30% em todos os pleitos e municípios analisados, indicando a baixa representatividade nas disputas visto que foram mantidos índices pouco acima das regras de ação

afirmativa de gênero (Gráfico 1). As exceções foram os municípios de Campina Grande do Sul e Rio Branco do Sul, que apresentaram um aumento de 7% e 8%, respectivamente, no número de candidatas em 2020. No caso das mulheres eleitas o mesmo pôde ser observado: a representação de mulheres nas Câmaras não ultrapassou os 25% (Gráfico 2). Destaca-se o município de Piraquara, que com a menor urbanização (0,491) não elegeu mulheres em nenhum dos pleitos analisados, além de Fazenda Rio Grande, Campina Grande do Sul e Rio Branco do Sul com nenhuma mulher eleita em 2012; Campo Magro, Rio Branco do Sul e Itaperuçu sem mulheres eleitas em 2016; e Almirante Tamandaré em 2020. Foram observadas quedas no número de eleitas, especialmente nos municípios de Araucária (de 25% de eleitas em 2016 para 8% em 2020), Campo Largo (de 36% de eleitas em 2012 para 8% em 2020) e Pinhais (de 24% de eleitas em 2012 para 6% em 2020). A dimensão territorial dos municípios tende a não ser um critério de incentivo maior ou menor para a candidatura de mulheres ao legislativo. Ao analisar a taxa de urbanização em relação ao número de candidatas em cada pleito, o índice de correlação estimado para as variáveis foi próximo de zero⁴, indicando uma fraca correlação positiva. O mesmo foi observado para a relação entre urbanização e eleitas⁵. No caso da correlação entre IDHM e candidaturas de mulheres foram observadas correlações positivas moderadas entre as variáveis⁶. Em correlações positivas, os valores altos das variáveis coincidem (Kellstedt; Whitten, 2015), isto é, maior IDHM pode estar relacionado ao aumento de candidatas. Ao correlacionar IDHM e mulheres eleitas também foram observadas correlações positivas moderadas entre as variáveis⁷, com exceção do pleito de 2020, que apresentou uma correlação negativa⁸. Portanto, encontrou-se que a taxa de urbanização não se relaciona à candidatura de mulheres, embora o IDHM tenha relação moderada com o número de candidaturas. Ambas, urbanização e IDHM, entretanto, não se relacionam com o número de eleitas.

⁴ $r = 0,47$ para 2012; $r = 0,45$ para 2016 e $r = 0,38$ em 2020.

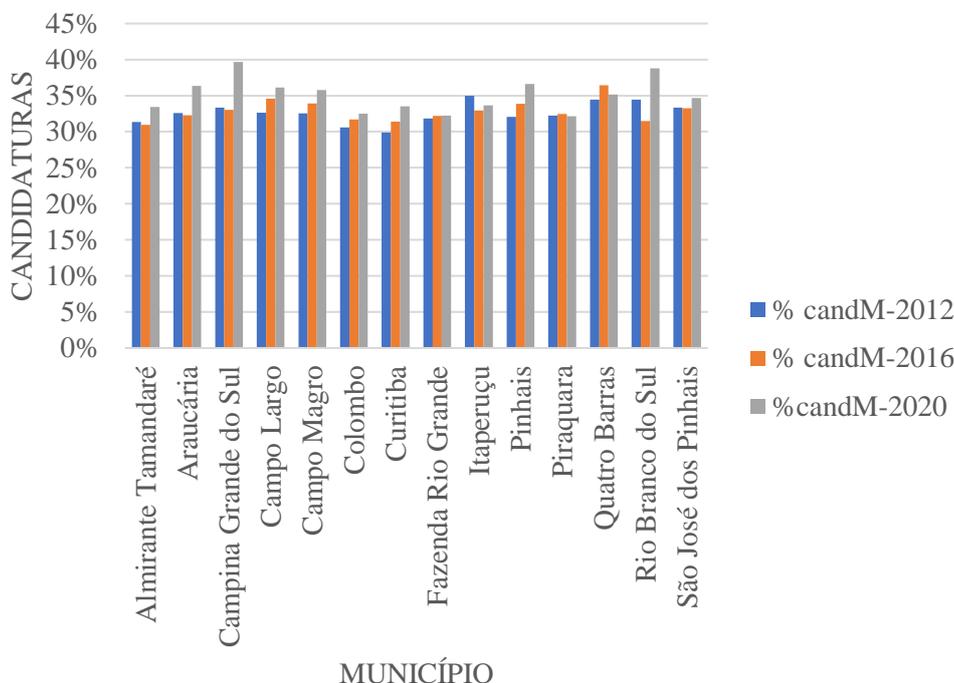
⁵ $r = 0,49$ em 2012; $r = 0,59$ em 2016; e $r = 0,10$ em 2020.

⁶ $r = 0,56$ em 2012; $r = 0,64$ em 2016; e $r = 0,59$ em 2020.

⁷ $r = 0,53$ para 2012 e $r = 0,79$ para 2016.

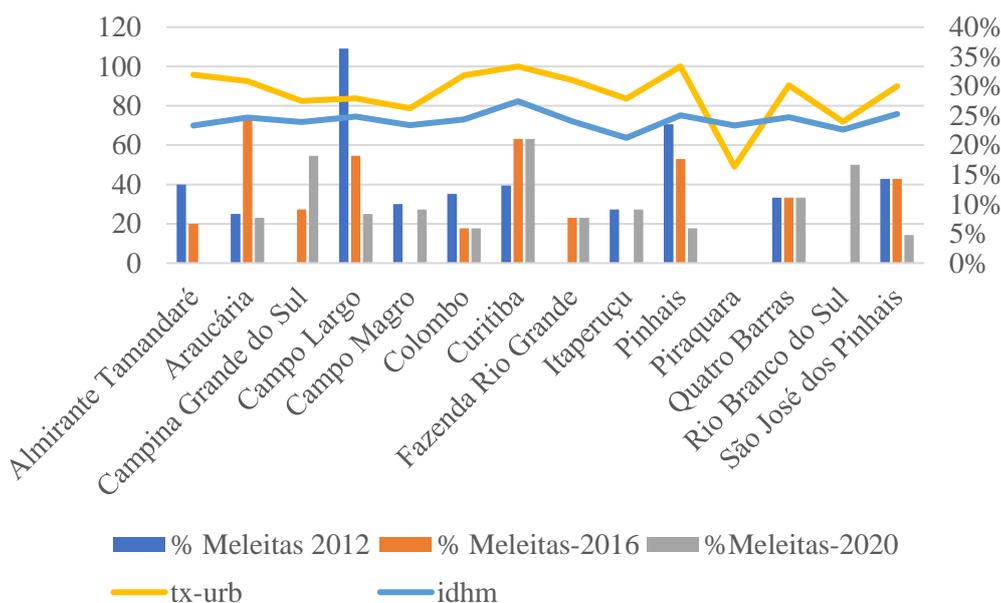
⁸ $r = -0,008$.

Gráfico 1 - Percentual de mulheres candidatas ao cargo de vereadoras nos municípios do Núcleo Urbano Central da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, nas eleições municipais de 2012, 2016 e 2020



Fonte: autoras (2023).

Gráfico 2 – Percentual de mulheres eleitas ao cargo de vereadora nos municípios do Núcleo Urbano Central da Região Metropolitana de Curitiba, Paraná, nas eleições municipais de 2012, 2016 e 2020, comparativamente ao grau de urbanização e IDHM



Fonte: autoras (2023).

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Jean L. M. Lugar e Contexto: alguns apontamentos sobre a política local no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol 8, nº 1, 2017, pp. 4-24.

MARQUES, Eduardo C. L. Notas sobre a política e as políticas do urbano no Brasil. Texto para discussão **Centro de Estudos da Metrópole**, São Paulo, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina M. de. Diferenças regionais e o êxito Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil municipais no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The Concept of Representation**. Berkeley, CA, Los Angeles, CA and London: University of California Press, 1967.

ROCHA, Marta M.; KERBAUY, Maria T. M.(Org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Editora UFJF, Juiz de Fora, 2014.